

Nº 119 - Designar a Doutora IVONE CERQUEIRA DE CARVALHO, Promotora da Justiça Militar, lotada na PJM/Rio de Janeiro/RJ - 6º Ofício, para, sem prejuízo de suas demais atribuições legais, e em substituição à Doutora ADRIANA SANTOS IMBROSIO, Promotora da Justiça Militar, lotada na PJM/Rio de Janeiro/RJ - 6º Ofício, dar prosseguimento à designação finsita na Portaria nº 70/PGJM, de 15 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 18.03.2004, Seção 2, página 30.

A PROCURADORA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no artigo 124, inciso XIII, alínea "c" da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Nº 120 - Designar a Doutora IONE DE SOUZA CRUZ, Promotora da Justiça Militar, lotada na PJM/Rio de Janeiro/RJ - 5º Ofício, para, sem prejuízo de suas demais atribuições legais, substituir a Doutora ADRIANA SANTOS IMBROSIO, Promotora da Justiça Militar, lotada na PJM/Rio de Janeiro/RJ - 6º Ofício, anteriormente designada pela Portaria nº 60/PGJM, de 02 de março de 2004, a fim de promover a Ação Penal em face da conduta delituosa, em tese, descrita nos autos do Inquérito Policial Militar nº 129/02, em trâmite na 3ª Auditoria da 1ª CJM.

A PROCURADORA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no artigo 124, inciso XIII, alínea "c" da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Nº 121 - Designar a Doutora IVONE CERQUEIRA DE CARVALHO, Promotora da Justiça Militar, lotada na PJM/Rio de Janeiro/RJ - 6º Ofício, para, sem prejuízo de suas demais atribuições legais, e em substituição à Doutora ADRIANA SANTOS IMBROSIO, Promotora da Justiça Militar, lotada na PJM/Rio de Janeiro/RJ - 6º Ofício, designada pelas Portarias 169/PGJM, 358/PGJM, 381/PGJM e 408/PGJM, de 05.06.2003, 06.11.2003, 24.11.2003 e 16.12.2003, respectivamente, atuar nos autos dos Processos 51/03-9 (1ª Aud./1ª CJM) e 18/03-1 (1ª Aud./1ª CJM) e nos autos dos PDICs 08/03 (PJM/RJ - 3º Ofício) e 55/01 (PJM/RJ - 1º Ofício).

A PROCURADORA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 124, inciso XX, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Nº 123 - Estabelecer a lotação da Doutora ANA CAROLINA SCULTORI TELES LEIRO, Promotora da Justiça Militar, nomeada pela Portaria nº 223/PGR, de 15 de abril de 2004, na Procuradoria da Justiça Militar em Brasília/DF, em caráter provisório, até que se concluam os procedimentos relativos ao Concurso de Remoção para o Cargo de Promotor da Justiça Militar.

MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES

PORTARIAS DE 23 DE ABRIL DE 2004

A PROCURADORA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 124, inciso XX, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Nº 122 - Designar SOLANGE AGUIAR COELHO, Analista de Informática, matrícula nº 550-9, para exercer a Função Comissionada de Assessora da Procuradora-Geral da Justiça Militar, código FC-06, bem como responder pelos encargos da Assessoria de Informática, a contar desta data.

A PROCURADORA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 124, inciso XX, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e considerando o contido no Processo nº 08160.003268/04, resolve:

Nº 124 - Declarar vago, a partir de 12 de abril de 2004, o cargo de Técnico Administrativo, código TC20100, Classe B, Padrão 8, ocupado pelo servidor EDUARDO DE OLIVEIRA SILVA, matrícula nº 654-8, com fundamento no artigo 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ATOS DE 23 DE ABRIL DE 2004

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "b" do item I do artigo 1º do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, resolve:

Nos termos do inciso I do § 1º e §§ 3º e 17 do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, conceder aposentadoria, por invalidez, a MARCIA TERTULIANA VIANA STEMLER, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo - atribuição Adjunto Parlamentar, Classe Especial, Padrão 30, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, com os proventos integrais, calculados na forma prevista no artigo 1º e § 1º da Medida Provisória nº 167, de 19 de fevereiro de 2004.

Alterar o Ato de 31 de julho de 2003 publicado no Diário Oficial da União do dia 1º de agosto do mesmo ano, que concedeu aposentadoria a MARIA LEITÃO MARTINS, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo - atribuição Adjunto Par-

lamentar, Classe Especial, Padrão 30, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, para considerá-la aposentada a partir da publicação do referido Ato, nos termos do alínea "a" do inciso III do § 1º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com a alínea "a" do inciso III do artigo 186 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com a vantagem prevista no artigo 15 da Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997.

JOÃO PAULO CUNHA

ATOS DE 19 DE ABRIL DE 2004

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, alínea "a", do Ato da Mesa nº 106, de 26 de novembro de 1998, Resolve,

Nos termos do artigo 1º, caput, § 4º, da Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, conceder pensão a ANA LÚCIA CAVALCANTI GAUDÊNCIO, viúva do ex-Deputado Federal ÁLVARO GAUDÊNCIO FILHO, falecido em 12 de março de 2004, correspondente a 50% (cinquenta por cento) dos proventos do ex-Parlamentar, de acordo com os artigos 28, inciso I; 31, inciso I, alínea "e"; 38, in fine, e 42 da Lei nº 7.087, de 29 de dezembro de 1982, a partir de 13 de março de 2004.

Alterar o Ato do Presidente da Câmara dos Deputados de 15 de março de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 18 de março de 2004, que alterou a pensão de ILDA PEDROSO NORMANTON, viúva do ex-Deputado Federal HARY NORMANTON, para que corresponda a 50% (cinquenta por cento) de 62,20% do subsídio parlamentar, de acordo com o artigo 38, in fine, da Lei 7.087 de 29 de dezembro de 1982, a partir de 14 de outubro de 2003.

JOÃO PAULO CUNHA

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PORTARIA N° 43, DE 22 DE ABRIL DE 2004

O PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições e considerando o que consta do Processo nº 319.876/2004, resolve:

Conceder, a partir da data do óbito, com fundamento no artigo 216, na alínea "a" do inciso I do artigo 217 e no artigo 218 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no inciso I do § 7º do artigo 40 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 31 de dezembro de 2003, pensão vitalícia para ELZA REGLY DA MATTA, viúva de Nicodemos José da Matta, falecido em 9 de março de 2004, observado o § 1º do artigo 185 da referida lei.

MINISTRO MAURÍCIO CORRÊA

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL SECRETARIA

PORTARIA N° 136, DE 23 DE ABRIL DE 2004

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV do art. 116 do Regulamento Interno e com base no inciso I do art. 2º da Portaria nº 204, de 26.09.2002, resolve:

Designar ERON JÚNIOR VIEIRA PESSOA, Técnico Judiciário, Área Apoio Especializado, Digitação, para exercer a função comissionada de Assistente de Gabinete, Nível FC-02, do Gabinete da Presidência.

ATHAYDE FONTOURA FILHO

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ATOS DE 23 DE ABRIL DE 2004

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 1381/2004, resolve:

Nº 100 - Conceder aposentadoria ao servidor ANDRÉ AVELINO DE SOUSA, matrícula S015720, no cargo de Técnico Judiciário, Área de Serviços Gerais, Classe "C", Padrão 15, do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, com fundamento no art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, combinado com os arts. 186, inciso I, § 1º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 4º e 8º da Lei nº 10.475, de 27 de junho de 2002 e 15, § 1º, da Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997.

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe é conferida pelo art. 21, inciso XXV, do Regimento Interno e considerando o disposto no Ato nº 409, de 3 de novembro de 1999, e no art. 13, § 6º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Nº 101 - TORNAR SEM EFEITO a nomeação de REYNALDO ARCIRO DE OLIVEIRA, do Cargo em Comissão de Coordenador "A", Código CJ-3, da Coordenadoria de Planejamento, de que trata o Ato nº 90, de 16 de abril de 2004, publicado no Diário Oficial da União, de 19 subsequente, por não ter tomado posse no prazo legal.

MINISTRO EDSON VIDIGAL

RETIFICAÇÃO

Nº 02 No Ato nº 81, de 5 de abril de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 6 subsequente, Seção 2, página 26, onde se lê: "...SOCORRO LEAL SCHWIDERSKI,...", leia-se: "...MARIA DO SOCORRO PEREIRA LEAL,...".

SECRETARIA

PORTARIA N° 234, DE 20 DE ABRIL DE 2004

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, tendo em vista a atribuição que lhe é delegada pelo art. 1º, inciso V, do Ato nº 124, de 12 de junho de 2000, alterado pelo Ato nº 49, de 9 de abril de 2003, e considerando o disposto no art. 15, § 4º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

DESIGNAR PAULO RIBEIRO MACHADO, matrícula S041968, Técnico Judiciário, Área Administrativa, para exercer, a partir da data de publicação desta Portaria, a Função Comissionada de Assistente IV, Código FC-4, no Gabinete do Senhor Ministro Teori Albino Zavascki, em vaga decorrente da dispensa de Marcelo Pereira Pitella.

JOSÉ DION DE MELO TELES

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA N° 238, DE 24 DE ABRIL DE 2004

A DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, tendo em vista a atribuição que lhe é delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria nº 235, de 23 de abril de 2004, e considerando o disposto no art. 15, § 4º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

DESIGNAR IVONE MARIA LIMA DUQUE ESTRADA, matrícula S014456, Analista Judiciária, Área Administrativa, para exercer, a partir da data de publicação desta Portaria, a Função Comissionada de Assistente II, Código FC-2, no Gabinete do Senhor Ministro Luiz Fux, em vaga decorrente da dispensa de Rosa Marcia Campos Dias.

MARIA RAIMUNDA MENDES DA VEIGA

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

ATOS DE 22 DE ABRIL DE 2004

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Nº 580 - EXONERAR TEREZINHA PEREIRA RAMOS MARQUES, nos termos do art. 35, I, da Lei nº 8.112/90, do Cargo em Comissão, Código CJ-3, de Diretor da Secretaria Judiciária.

Nº 581 - EXONERAR o servidor HENOCHE MONTENEGRO DE ALENCAR MATTOS FILHO, Analista Judiciário, Área Judiciária, Classe "C", Padrão 15, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, do Cargo em Comissão, Código CJ-2, Coordenador de Jurisprudência e Documentação da Secretaria Judiciária.

Nº 582 - EXONERAR a servidora ELZA CESETTI, Analista Judiciário, Área Administrativa, Classe "C", Padrão 15, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, do Cargo em Comissão, Código CJ-2, de Chefe da Assessoria de Assuntos da Magistratura.

Nº 583 - EXONERAR o servidor RAMON RODNEY VIEIRA MASSAFERA, Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe "C", Padrão 15, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, do Cargo em Comissão, Código CJ-1, de Diretor da Divisão de Processamento e Procedimentos Diversos da Coordenadoria da 1ª Turma da Secretaria Judiciária.

Nº 584 - NOMEAR o servidor HENOCHE MONTENEGRO DE ALENCAR MATTOS FILHO, Analista Judiciário, Área Judiciária, Classe "C", Padrão 15, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para exercer o Cargo em Comissão, Código CJ-3, de Diretor da Secretaria Judiciária em decorrência da exoneração de Terezinha Pereira Ramos Marques.

Nº 585 - NOMEAR a servidora ELZA CESETTI, Analista Judiciário, Área Administrativa, Classe "C", Padrão 15, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para exercer o Cargo em Comissão, Código CJ-2, de Chefe de Gabinete da Presidência.